

## O PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE NAS RELAÇÕES POLÍTICAS – A MATERIALIZAÇÃO DO SENTIMENTO DE GRATIDÃO

Maria Adriana Farias Rodrigues <sup>1</sup>

### RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo através do entrelaçamento teórico, realizar uma análise edificada na compreensão da obra do Ensaio da Dádiva, observando o cenário político nacional e suas implicações, buscando vislumbrar o encadeamento epistemológico entre as relações políticas e o princípio, indissolúvel, voluntário, bilateral e obrigatório, efetuado pela tríade universal da reciprocidade – dar, receber e retribuir. Nesta perspectiva, a proposta de tal trabalho, busca através de pesquisas comprovar a relação dialógica, entre política e trocas simbólicas, isto é, constatar que a máquina pública é permeada por entrelaçamentos simbólicos. O levantamento teórico transcorreu mediante ao uso de pesquisas qualitativas, entrevistas semiestruturadas e, respectivamente, a realização de um grupo focal com os graduandos de Gestão pública do segundo período. Tais artifícios metodológicos possibilitaram analisar criticamente o âmbito político, aperfeiçoar o conteúdo do tema, refletir sobre as implicações dos resultados no contexto social. Os resultados apontaram que o âmbito político nacional é permeado por relações simbólicas, construindo assim, uma especificidade da máquina pública brasileira, similarmente, também, constata-se que no mundo contemporâneo as relações entre os indivíduos ainda seguem o princípio da reciprocidade.

**Palavras-chave:** Marcel Mauss; Reciprocidade; Política; Trocas Simbólicas.

### 1. INTRODUÇÃO

Todas as relações humanas são de poder e, por conseguinte, são políticas. Desde os primórdios a tríade: dar, receber e retribuir esteve presentes nos inúmeros livros literários e, respectivamente, nas histórias de amores que permearam a literatura mundial. Analogamente, tal princípio também pode ser encontrado nas relações políticas.

Tal princípio operacionaliza inconscientemente as relações humanas de trocas simbólicas, neste mundo contemporâneo, exorbitantemente frenético, ainda há a presença do princípio da reciprocidade, demonstrando assim, a atualidade da obra de Marcel Mauss, similarmente, é importante salientar que analisar o sistema político brasileiro por este prisma é entrelaçar os pressupostos históricos que fomentaram numa particularidade nacional, ampliando assim, o horizonte de observação pra em um futuro próximo, através de análises comparativas, vislumbrar as semelhanças existentes nos sistemas políticos espalhados pelo

---

<sup>1</sup>Aluna de Graduação de Licenciatura do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Bolsista no PIBIB ( Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e voluntária no PET Gestão Pública, endereço eletrônico, e-mail: adrianna\_rodrigues391maia@hotmail.com

mundo, conotando assim, enxergar as trocas simbólicas na política no âmbito mundial. Neste sentido, tal trabalho, é um passo importantíssimo para deter um novo olhar sobre como funciona a máquina pública neste país e, respectivamente, abrir um leque de produção científica sobre tal temática.

## 2. METODOLOGIA

O método de pesquisa escolhido foi qualitativo. A primeira técnica que constituiu a elaboração teórica deste trabalho foi respectivamente, o uso de entrevistas semi-estruturas, tal escolha, deu-se em decorrência da interação propriamente dita entre pesquisador (a) e entrevistado, além disso, a procura pela liberdade do entrevistado é um critério primordial para deter uma observação crítica, explorando assim, as entrelinhas existentes nas respostas dadas. Este modo de entrevista também propícia à reflexão aguçada dos dados obtidos pelo pesquisador como afirma Gil (2008). O total de entrevistados nesta técnica foram quatro, sendo três integrantes do gênero masculino e apenas uma do gênero feminino, os entrevistados optaram em manter sigilo no uso da identidade, algumas entrevistas receberam modificações no momento do copilamento de dados, isso ocorreu devido ao fato de não ter gravado, todavia, é essencial esclarecer que tais alterações foram apenas visando à norma culta da língua portuguesa, em suma maioria, transcrevi igualmente para o texto final, isso ocorreu porque alguns entrevistados optaram por incrementar palavras ao término, a pesquisa promoveu reflexão em alguns, conotando assim, o pedido pra acrescentar frases ao texto final.

A pesquisa desenvolvida utilizou de diferentes métodos para apreender o fenômeno estudando, entre tais técnicas de pesquisa, o grupo focal foi a segunda técnica escolhida em detrimento da especificidade do grupo pesquisado. O recolhimento dos dados sobre as relações simbólicas de reciprocidade no âmbito político brasileiro seguiram uma ótica sempre dialógica entre pesquisador (a) e pesquisado, os membros do grupo focal detinha características profissionais e perfis similares condizentes com o objetivo da pesquisa. Além disso, um dos objetivos principais é produzir a reflexão crítica dos membros, atrelado sempre à ideia de discutibilidade, como elucida Bernadete Gatti, a seguir:

O trabalho em grupo focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atividades, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevaletentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum relevantes para o estudo do problema (GATTI, 2005, p. 11).

Os membros, cinco Graduandos do curso Tecnológico de Gestão Pública, permitiram a divulgação dos respectivos nomes, com assinatura de termos de compromisso e permissão

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

do uso de dados na pesquisa, as entrevistas provenientes do debate no grupo focal foram transcritas de forma literal, visto que foram gravadas com autorização prévia.

### 3. O PRÍNCÍPIO DA RECIPROCIDADE

De acordo com Mauss, em todas as civilizações existe a necessidade de retribuir os presentes recebidos, isso ocorre pelo princípio operante no inconsciente do ser humano, os objetos para as sociedades ditas primitivas são mais que meros artefatos, visto que, carregam consigo o simbolismo existente nas trocas de afetividade, determinado objeto estabelece um vínculo indissolúvel, interdependente, bilateral e obrigatório, já que a alma do outro é entrelaçada juntamente com o artefato, todavia, é importante ressaltar que tal autor, visualiza amabilidade, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, festas, feiras, entre outras coisas, como relações entrelaçadas pelo caráter simbólico imposto pelo princípio da reciprocidade, necessitando assim, de retribuição.

A alma dos objetos (o *Hau*), sobretudo, é indispensável para compreender a obrigatoriedade de retribuição, os indivíduos acreditam que os presentes são uma espécie de extensão do ser, ou seja, ao presentear alguém, o sujeito está doando parte de si para o outro, analisando por esse prisma, pode-se notar que um simples cumprimento matinal, caso não obedecer ao princípio da reciprocidade, estabelece uma quebra de afetividade nas relações pessoais, como diz Mauss, à frente:

Tal fato esclarece dois sistemas importantes de fenômenos sociais na Polinésia e mesmo fora da Polinésia. Em primeiro lugar, compreendesse a natureza do vínculo jurídico criado pela transmissão de uma coisa. Voltaremos daqui a pouco a esse ponto. Mostraremos de que maneira esses fatos podem contribuir para uma teoria geral da obrigação. Mas, por ora, é nítido que, em direito maori, vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma (MAUSS, 2003, p. 200).

Desde os primórdios das relações de afetividade, ao observar, por exemplo, a literatura elaborada durante o período do Trovadorismo, é notável que o sofrimento causado pelo Amor Cortez fosse derivado sumariamente de uma rejeição do amor romântico, do amor bilateral, correspondido e recíproco, ao perceber a rejeição da dama, angelicamente descrita com tamanha pureza, praticamente divina e inalcançável, os travadores, descreviam através das cantigas de amor o quanto a quebra de reciprocidade é prejudicial ao convívio social. Adentrando no mundo da literatura, um livro em específico demonstra fortemente a importância deste princípio que regula as relações humanas, “*O sofrimento do Jovem Werther*”, obra autoral de Goethe, exemplifica com tamanha veracidade o quanto o amor

quando não correspondido é fortemente causador de distúrbios psíquicos, todavia, obviamente, as relações amorosas são somente um forte exemplo de tal rede simbólica.

Analisando as relações de interdependência na contemporaneidade, observando exatamente, a demarcação histórica-tecnologia fomentada no século XX, após a Revolução-Técnico- Científica- informacional, a comunicação humana modificou-se drasticamente com o surgimento de novas tecnologias de relacionamento, no início do século XXI, redes de relacionamento tais como o Facebook, MSN, entre outras, demonstraram como é perceptível vislumbrar a reciprocidade existente no envio de uma simples mensagem neste mundo contemporâneo.

A obrigatoriedade voluntária é indispensável, entende-se que tal vínculo estabelecido de forma bilateral promove além de estabilidade social, a própria ideia de paz espiritual, visto que, aquele que recebe determinada dádiva, todavia, não retribui, detém em seu consciente uma dívida, tal autor, vislumbra que as esmolas são degradantes, já que aqueles que estão nesta situação de vulnerabilidade econômica, não podem retribuir, além disso, os indivíduos que não retribuem recebem sanções sociais espontâneas, por exemplo, o *potlach*, são caracterizados por festas anti-utilitarista, fomentadas entre tribos que detém o objetivo de não acumulação do capital, observa-se nestas cerimônias, a necessidade de retribuição quantitativa, isto é, ao realizar determinado *potlach*, a tribo convidada, detém por obrigação a elaboração de outra cerimônia no ano seguinte, atendendo aos critérios, quantitativos e qualitativos presentes na cerimônia fomentada no ano anterior, como expõe Mauss, adiante:

*obrigação de retribuir<sup>TM</sup> é todo o potlach*, na medida em que ele não consiste em pura destruição. Parece que nem todas essas destruições, muitas vezes sacrificiais e em benefício dos espíritos, precisam ser retribuídas incondicionalmente, sobretudo quando são obra de um chefe superior no clã ou de um chefe de um clã já reconhecido superior. Mas, normalmente, o potlach deve sempre ser retribuído com juros, aliás toda dádiva deve ser retribuída dessa forma. As taxas são em geral de 30% a 100% ao ano. Mesmo se, por um serviço prestado, um súdito recebe uma manta de seu chefe, ele lhe devolverá duas por ocasião de casamento na família do chefe, da entronização do filho do chefe etc. É verdade que este, por sua vez, redistribuirá todos os bens que obtiver nos próximos potlach em que os clãs opostos lhe fizerem suas oferendas (MAUSS, 2003, p. 208).

Os indivíduos que constituem a esfera social são exorbitantemente conectados com as regras que regem a eficiência do convívio entre os seres humanos, eficiência tratada neste aspecto, como uma obrigação positivada, imposta e devidamente cumprida pelos membros das sociedades, observando as sociedades primitivas, bem como, na sociedade ocidental industrializada, os indivíduos seguem regras, a tríade é uma imposição voluntária que busca promover a manutenção da harmonia nas tribos, obviamente, que como citado anteriormente,

há toda uma questão simbólica, visto que, logo, se os objetos, as atitudes, as cerimônias, entre outras, carregam consigo a alma, são extensões dos indivíduos, são pequenas partes da alma humana, sendo assim, é dever, uma obrigação, retribuir essas dádivas espirituais existentes, assim como explica Mauss, a seguir:

Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de dar e de receber. Mas essa mistura íntima de direitos e deveres simétricos e contrários deixa de parecer contraditória se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas (MAUSS, 2003, p. 202).

A coesão social, sobretudo, é critério possibilitado pela reciprocidade entre tribos, entende-se que tal mecanismo é promovedor de estabilidade, ao impor à coletividade cumprimento de diferentes padrões morais, as trocas indissolúveis representam uma aliança entre as tribos e, por conseguinte, uma interdependência entre os membros, os indivíduos pertencentes destas sociedades detêm suas relações pessoais imbricadas, é importante salientar, por exemplo, que a obrigatoriedade é expressa pela misticidade imaginária presentes nestas sociedades, além do vínculo jurídico, há a questão espiritual envolvida, neste sentido, a reciprocidade produz essa comunhão indissolúvel entre os indivíduos, tornando assim, uma forma de controle social, que conduz a harmonização das sociedades primitivas, trazendo pra o contexto atual discussão, os sujeitos estão imbricados diariamente em relações onde tal princípio é indispensável, visto que permite estabelecer redes de controles, por isso, a vida material e moral devem está interligadas continuamente, como explica o autor a seguir:

A vida material e moral, a troca, nele funcionam de uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Ademais, essa obrigação se exprime de maneira mítica, imaginária ou, se quiserem, simbólica e coletiva: ela assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: estas jamais se separam completamente de quem as troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis. Com efeito, esse símbolo da vida social - a permanência da influência das coisas trocadas - apenas traduz bastante diretamente a maneira pela qual os subgrupos dessas sociedades segmentadas, de tipo arcaico, estão constantemente imbricados uns nos outros, e sentem que se devem tudo ( MAUSS, 2003, p. 211 ).

Sobretudo, o entendimento da questão dos vínculos, torna-se recorrente quando iremos analisar instituições presentes no mundo social, por exemplo, posteriormente será explanado profundamente sobre os vínculos políticos concebidos nas relações simbólicas de interesses entre governantes e governados. Nas sociedades primitivas, exatamente, na cultura *Maori*, o *taonga*, está interligado diretamente com a pessoa, o clã ou o solo, ao burlar as regras, não participando das trocas, o vínculo é drasticamente enfraquecido, como já exposto logo acima, entrelaçando tais questões no âmbito político, entende-se que as relações burocráticas, dão

lugar a interesses simbólicos, de cunho muitas vezes sentimentalizado, isto é, os cidadãos brasileiros, não analisam seus governantes pelas conquistas concebidas ao povo durante o governo, mas sim, pelos vínculos de reciprocidade que governante A ou B, detém com a população local, demonstrando assim, a dialogicidade deste princípio em cenário político.

#### **4. A RECIPROCIDADE SIMBÓLICA NAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

A trajetória política brasileira é demarcada por diferentes momentos históricos e fatos que são imprescindíveis para entender o sistema político e seus desdobramentos na esfera social, o povo brasileiro, assim como discutido por autores como Darcy Ribeiro, no respectivo livro “o povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”, demonstra por via da constituição social do Brasil, o caráter de diferenciação existente em diversos departamentos da vida social. Entende-se que o Brasil de acordo com tal autor é composto por três bases étnicas, fomentando mais tarde uma macroetnia, com características próprias, o sistema político nacional também detém mutações concebidas através destas influências, na terna idade da colonização brasileira com os interesses lusitanos de exploração e servidão do povo, demonstrou que desde os princípios não há a divisão entre público e privado no país. Primordialmente, para entender como vislumbrar o conceito da dádiva no *ethos político* do Brasil, é necessário utilizar de conceitos extras, por exemplo, o clientelismo, explanado nos parágrafos posteriores e intercalado com a teoria da dádiva.

Observa-se que o sistema político brasileiro detém características distintas, tais diferenciações são visualizadas, por exemplo, no caráter racionalista burocrático, entende-se que o rigor burocrático existente no aparelho político brasileiro é devidamente sobreposto por particularidade tipicamente de ordenação simbólica. Essa especificidade ocorre por inúmeros fatores, segundo Martins (1999), a prática do clientelismo propicia essa distorção da funcionalidade da máquina pública, visto que os indivíduos não detêm a criticidade para entender as diferenças existentes entre público e privado. Além disso, a constituição do estado-nação, desde os primórdios se engajou com tal prática, neste sentido, os atores políticos, mesmo após vislumbrar tal dicotomia, prefere majoritariamente, utilizar-se do público como mecanismo de alienação simbólica. Considera-se, sobretudo, que tal questão é intrinsecamente relacionada com a relação que os indivíduos estabelecem com a máquina pública, há nitidamente uma fragilidade na compreensão das atribuições que tal setor encarrega-se. Analisando a questão dos pressupostos irracionais, nota-se que o simbólico, trazendo consigo os encadeamentos sentimentais, entre, governados e governantes, dificulta

drasticamente a efetivação do desenvolvimento de uma pública concebida aos moldes burocráticos weberianos, como assinala, Martins, adiante em sua reflexão:

Aparentemente é insuportável para amplas parcelas da população brasileira estabelecer relações sociais de qualquer natureza, políticas ou não, com base unicamente nos pressupostos racionais do contrato social e com base no pressupostos da igualdade e reciprocidade com os princípios que regulam e sustentam as relações sociais ( MARTINS, 1999, p.43).

A prática do clientelismo persiste na contemporaneidade, todavia, para entender a agressividade de tal mecanismo, direcionar-se sobre o Coronelismo é uma estratégia de análise ímpar, isso ocorre principalmente, com a dependência discrepante existente em outrora produzidos pela dominação dos coronéis, o voto de cabresto é nitidamente um recurso que demarca as intransponíveis barreiras concebidas através do processo de estratificação social, como elencado por Darcy Ribeiro (1995). No entanto, há características intrigantes nesses processos de dominação, como por exemplo, visualizados pela tese de mestrado de Kátia Carina (2017), ao analisar a família Gaudêncio, importante elite agrária da cidade de Serra Branca, foi perceptível que as relações simbólicas existentes ultrapassavam interesses puramente econômicos, visto que em inúmeros depoimentos concebidos à pesquisadora, os indivíduos deixaram explícito como os coronéis detinham almas bondosas, ajudavam a população carente com materiais de subsistência, água, entre outros, como retribuição, os indivíduos em tempos de eleição apoiavam o coronel, obviamente, é importante deixar claro, o princípio que norteavam tais relações é questão da reciprocidade, as famílias carentes recebiam ajuda, aceitavam e, por conseguinte, retribuía com os votos.

A questão dos débitos morais também é pertinente no entendimento desses relacionamentos bilaterais concebidos através das distorções produzidas pelo social na máquina pública, visto que como discutindo no ponto anterior deste trabalho, de acordo com Marcel Mauss, esses vínculos criados entre os indivíduos, através do princípio da reciprocidade são indissolúveis, bilaterais, voluntários e obrigatórios, neste sentido, o ator público, utilizando-se do bem público como mecanismo de dominação, entrelaça os serviços burocráticos como “presentes”, causando assim, a necessidade de retribuição, são visíveis que em diferentes momentos obras públicas são utilizadas para demonstrar o quanto os políticos que governam determinada região são bondosos, afeiçãoados com as causas sociais, amigos do povo, é sabido que esses vínculos jurídicos necessitam de retribuição, em suma maioria, os cidadãos brasileiros por deter uma fragilidade no conhecimento dos deveres e direitos concebidos burocraticamente pela institucionalização presente nas sociedades ocidentais,

reconhecem que tais favorecimentos políticos causam débitos morais, ou seja, inconscientemente, os indivíduos, sentem-se endividados, como elenca a frente, Martins:

Legitimando, além do mais, pela tradição da política de favores. Não teria sido surpresa se uma pesquisa de opinião tivesse revelado, na época, que muitos eleitores não estavam entendendo o que aconteceria, temendo até mesmo verem-se obrigados num ato de deslealdade para com alguém que parecia estar apenas pagando, com um favor e favorecimento políticos, débitos morais ( MARTINS, 1999, p. 45).

As relações simbólicas na política são visualizadas por diferentes pesquisadores, tais como: o quesito trabalhado por tal autor, é notavelmente intrigante quando o pesquisador, afirma que o descumprimento de tal vínculo promove em alguns casos até guerras quando há trocas em desequilíbrio, como afirma a seguir:

Essas regras manifestam-se simultaneamente na moral, na literatura, no direito, na religião, na economia, na política, na organização do parentesco e na estética de uma sociedade qualquer. Podemos isolar o aspecto econômico de uma troca, mas ela implica sempre também um aspecto religioso (que se evidencia nos sacrifícios, nas dádivas de palavras das rezas etc.), político (que se evidencia nas trocas malsucedidas – que redundam em guerra –, na troca de violência ou ainda no desequilíbrio entre o que é trocado e na assimetria temporal implícita em qualquer redistribuição – cf. BOURDIEU, 1996), ou mesmo estético (a confecção dos objetos, o modo de oferecimento etc.). (LANNA, 2000, p. 178)

O perigo da quebra de reciprocidade também é visível vinculação de forças políticas, por exemplos, alianças são desfeitas corriqueiramente por interesses racionais diferentes, concessões essas no âmbito político em suma parte por domínio de poder e acumulação do capital, dentro destes vínculos estabelecidos, além da lealdade, ainda há intrínsecos nestes, o quesito de punição quando uma dádiva política é recusada, no jogo de poder, ao descartar determinada oferta, os indivíduos são devidamente punidos pelas governanças públicas vigentes.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse momento foi realizada a coleta de dados, como já mencionada na metodologia houve a necessidade de inúmeras técnicas para apreender o fenômeno social abordado. Os empecilhos para a realização da pesquisa ocorreu devido ao tempo escasso que os entrevistados tinham disponível, porém através de otimização do tempo, foi possível a coleta de dados de forma satisfatória, onde são visíveis que os laços de reciprocidade estão impregnados na máquina pública, demonstrando que o clientelismo não é apenas uma ação racionalizada, mas também simbólica. A seguir, apresenta-se uma breve amostra sobre as trocas simbólicas nas relações políticas:



**Quadro 01** - Você votaria em um político por ajuda e acredita que as relações políticas no Brasil seguem o princípio da reciprocidade?

<p>Entrevistado nº 1</p> <p><i>“Não, jamais votaria, pra mim política é uma relação de interesses, sendo assim, eu não vejo como uma ajuda simbólica, pra mim é burocrática e capitalizada”.</i></p>	<p><b>Entrevistado nº 2</b></p> <p><i>“Não exatamente, mas os políticos gostam de lembrar que si, são ajudas, presentes dados ao eleitor, uma ajuda somente. Eu acredito que si, por exemplo, minha vó acredita que político B é bondoso, sendo assim, é homem muito recíproco com todos, sempre está lá pra ajudar a cidade e a população, neste sentido, ela acredita que mesmo que haja algum erro da parte dele, não será levando em consideração, porque ele é um homem bondoso, gentil, etc... A questão de afeto supera as questões políticas ou de interesse econômico.”</i></p>
<p>Entrevistado nº 3</p> <p><i>“Hoje em dia não, mas já votei muitas vezes por questão de afetividade, sim eu acredito que as relações sigam esse propósito”.</i></p>	<p><b>Entrevistado nº 4</b></p> <p><i>“Sim, porque minha mãe já deixou claro que devo votar em político A, pela ajuda que ele está dando com minha irmã, de certa forma, irei votar porque ele é um homem bom e obedeço minha mãe por ainda morar com ela, sim eu acredito”</i></p>

**Fonte:** dados da pesquisa (2018).

Nesta última fase das perguntas, ficou nítido que 75% dos entrevistados, deixaram claro que jamais votariam em lideranças políticas novamente por questões simbólicas, exceto o entrevistado nº 4, que relatou que obedece as ordens familiares matriarcais, o entrevistado nº 2, recordou da relação simbólica existente entre sua avó e o prefeito da cidade onde ela reside, segundo o relato, a avó detém uma relação simbólica tão forte construída ao decorrer dos anos, desde os anos de 1980, que detém nítida certeza que tal político é importantíssimo para o direcionamento da cidade, sendo assim, essa senhora sempre irá votar em tal liderança política por acreditar fielmente que essa é a melhor escolha que a cidade pode tomar, obviamente, que há uma relação de reciprocidade neste caso, visto que o ex-prefeito é amiguíssimo da família até nos dias de hoje. Outra pergunta também feita, tendo 100% de

respostas positivas foi em relação da comprovação da premissa teórica, isto é, as relações políticas no Brasil seguem o princípio da reciprocidade, todos os entrevistados, assumiram a presença deste vínculo simbólico, voluntário, indissolúvel, jurídico e obrigatório no cenário político nacional.

## **6. EXPERIÊNCIA E RESULTADOS – CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO FOCAL PRA PESQUISA**

O grupo focal foi realizado nas mediações da Universidade Federal de Campina Grande (UFGC), campus Sumé, a localidade foi determinada pelas condições dos membros que participaram do debate, promovido pelo grupo focal, os cinco integrantes são alunos do Curso Tecnológico de Gestão Pública, todos estão cursando o segundo período. Como dito anteriormente, o local foi escolhido por questões de comodidades e acessibilidade dos entrevistados, visto que todos detêm vínculos empregatícios, conotando assim, uma dificuldade quanto à reunião dos membros em âmbito calmo, aconchegante e confortável, como de costume o local, nas mediações da UFGC, exatamente próximo à sala de aula da escola agrícola serve para intensos debates e jogos de diversão enquanto, todos nos esperamos o ônibus. A duração do grupo foi aproximadamente 40 minutos, prosseguindo o debate até o ônibus chegar.

Além de alunos do curso de Gestão pública, entre os membros havia um Ex-vereador da cidade de Serra Branca, que também faz o mesmo curso, comecei primeiramente com cumprimentos cordiais, mandei um dos meninos gravar toda a sessão. Antes de iniciar a rodada de perguntas, promovendo assim, um debate, apresentei as duas bases teóricas utilizadas ao decorrer para mediar todo o processo. Primeiramente, sintetizei a obra de Marcel Mauss, explicando sobre a tríade universal, situada na teoria da dádiva, posteriormente, falei sobre o clientelismo, discutindo por Martins (1999), ao terminar a breve explanação, é importante elencar que a rapidez se deu pelo fator de proximidade, em outrora, o princípio da reciprocidade já havia sido discutido observado pelo prisma das relações amorosas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, pode-se notar que o princípio da reciprocidade norteia as relações políticas no Brasil, isto é, o sistema político nacional detém particularidades concebidas como apresentado devido à constituição histórica do país, similarmemente, a visibilidade da presença dos líderes carismáticos, bem como, a inexistência praticamente da divisão entre o público e o privado por parte da população geral e até mesmo os governantes. Portanto, visualiza-se que a máquina pública nacional não detém majoritariamente o caráter racional burocrático, mas sim, tal relação é permeada pela troca de reciprocidade e dádivas.

## 7. REFERÊNCIAS

- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora Eletrônica, 2003.
- DE SOUZA MARTINS, José. **O Poder do Atraso : Ensaio de Sociologia Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- Reorganização das elites diante da desorganização do sistema latifúndio/moradia no Cariri Ocidental da Paraíba**. Curitiba - PR: ECONOMIA E OUTRAS INSTITUIÇÕES D, 2017. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/Aluno6/Documents/52575-203193-1-SM.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2018.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GATTI, Bernardete. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília DF: LiberLivro, 2005.